

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Em 30 de junho de 2017 e 2016 o Banco não possui títulos classificados como disponível para venda e mantidos até o vencimento.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil, e regulamentações supervenientes.

As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a característica de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:

- **Hedge** de risco de mercado - destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "hedge" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período. Em 30 de junho de 2017 e 2016, a Filial possui instrumentos financeiros classificados nessa categoria.
- **Hedge** de fluxo de caixa - destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de "hedge" são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 30 de junho de 2017 e 2016, a Filial não possui instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações renegociadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8b.

f) Permanente

As participações acionárias, não destinadas à manutenção da Filial, e títulos patrimoniais são demonstrados pelo seu valor de custo.

Até dezembro de 2016 o ativo imobilizado era demonstrado ao custo de aquisição, deduzido pela depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado era calculada pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens. As taxas de depreciação anuais eram: 10% para móveis, utensílios, equipamentos de comunicação, sistema de segurança e instalações; 20% para veículos e 20% para equipamentos de processamento de dados.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados estão sendo reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do semestre.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro antes do imposto de renda apurado no período. A majoração da alíquota à 20% aplica-se até 31 de dezembro de 2018 e a partir de 01 de janeiro de 2019 a alíquota volta a ser de 15%.

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, em conformidade com o respectivo estudo de realização futura, determinada pela Resolução nº 3.059/02 do BACEN e são constituídos as taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes e serão realizados, também, conforme alíquota vigente descrita no parágrafo acima. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social apurados em exercícios anteriores são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável.

j) Apuração de resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério "pro rata temporis" para as despesas e receitas de natureza financeira.

k) Remuneração baseada em ações

Conforme CPC 10 (Resolução nº 3.989/11), para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em instrumento de patrimônio, a Filial mensurará os bens ou serviços recebidos e o correspondente aumento no patrimônio líquido pelo valor justo.

4 Gerenciamento de riscos

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma consolidada, como segue:

Risco de mercado - a área responsável pelo gerenciamento do risco de mercado (MRM) está subordinada a Diretoria responsável pelos riscos do Conglomerado. A possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado, são gerenciadas através de estrutura que contempla políticas, processos, procedimentos e sistemas necessários, para identificar, mensurar, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado.

As exposições decorrentes das flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros são administradas utilizando-se a metodologia do "Value at Risk", aplicação de "Stress Testing" com base em cenários históricos e hipotéticos, limites estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros, com acompanhamento diário das exposições para cada tipo de risco de mercado. Desta forma, a exposição a riscos é mantida de acordo com os limites estabelecidos pela Filial.

Risco de crédito - as exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira do tomador/contraparte e das empresas associadas ao seu grupo econômico, as condições do setor de atuação, ambiente regulatório, reputação dos administradores, dentre outros.

Risco de liquidez - as exposições decorrentes de descasamentos de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas através da simulação de cenários que consideram os parâmetros de liquidez de mercado e produtos em condições normais e de stress, inclusive para cobertura dos passivos contingenciais, com o objetivo de manter os limites mínimos de liquidez estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros.

Risco operacional - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A Administração da Filial participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Filial. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.640/13 do Banco Central do Brasil, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

Gerenciamento de capital - a estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos. A Filial possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital, avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital. O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado financeiro, cuja instituição líder é a Filial.

A área de finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria da Filial, é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo (PRM), consolidação das informações provenientes das áreas de riscos, tais como testes de estresse, e preparação dos relatórios gerenciais utilizados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital.

O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este se reúne mensalmente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível (PR) suficiente, para cobrir as necessidades de capital requerido (PRM), o impacto dos testes de estresse sobre o capital, e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Alta Administração da Filial, áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2017 e 2016, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos por:

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa		
Disponibilidades	40.131	7.200
Aplicações interfinanceiras de liquidez	954.224	1.499.998
Títulos e valores mobiliários	-	470.202
Total	994.355	1.977.400

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta principalmente por operações compromissadas no montante de R\$ 853.999 (R\$ 1.499.998 em 2016) lastreadas em títulos públicos, com vencimento em até três meses a contar da data de aquisição.

6 Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas como segue:

Títulos e valores mobiliários	2017				
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/mercado	Custo atualizado
Carteira Própria para negociação					
Letras do Tesouro Nacional	138.446	146.754	9.214	294.414	293.957
Vinculados à Recompra					
Letras do Tesouro Nacional	-	8.918	-	8.918	8.914
Vinculados à prestação de garantias					
Letras do Tesouro Nacional	446.169	86.825	-	532.994	529.768
	446.169	86.825	-	532.994	529.768

Títulos e valores mobiliários

	2016				
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/mercado	Custo atualizado
Carteira Própria para negociação					
Letras do Tesouro Nacional	469.458	176.691	7.167	653.316	653.850
	469.458	176.691	7.167	653.316	653.850
Vinculados à Recompra					
Para negociação					
Letras do Tesouro Nacional	744	-	-	744	743
	744	-	-	744	743
Vinculados à prestação de garantias					
Para negociação					
Letras do Tesouro Nacional	52.723	91.659	69.535	213.917	159.834
Notas do Tesouro Nacional	-	9.068	-	9.068	9.148
	52.723	100.727	69.535	222.985	168.982

O valor de mercado representa o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros estimadas pela ANBIMA ou agentes de mercado.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016.

7 Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas em contas patrimoniais ou de compensação e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias da Filial a riscos de mercado, decorrentes de flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros, ou atender necessidades de "hedge" de clientes.

A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, os controles dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições, observam normas emanadas da Administração da Filial, como segue:

- **Hedge** - operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros objeto de proteção;
- **Negociação** - operações com instrumentos financeiros derivativos utilizados, principalmente, para administrar a exposição de posições proprietárias e atender necessidades de "hedge" de clientes.

Os contratos futuros negociados no âmbito da B3 Brasil Bolsa Balcão, são instrumentos financeiros derivativos mais utilizados em decorrência de sua liquidez e do mecanismo de ajustes diários que minimizam a exposição a riscos de crédito.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuro, considerando as taxas divulgadas pela ANBIMA, B3 Brasil Bolsa Balcão ou agente de mercado, quando necessário.

Os valores de custo, mercado, e por faixa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais, estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros derivativos	2017				
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/mercado	Custo atualizado
Ativo - negociação					
Swaps					
- Moeda estrangeira	13.100	44	3.182	16.326	21.701
- Taxa de juros	830	11.344	568	12.742	7.512
Mercado a termo					
- Moeda estrangeira	31.796	18.383	5.985	56.164	62.603
Totais por faixa de vencimento em 2017	45.726	29.771	9.735	85.232	91.816
Totais por faixa de vencimento em 2016	408.470	246.416	8.387	663.273	563.819

Instrumentos financeiros derivativos	2017				
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/mercado	Custo atualizado
Passivo - negociação					
Swaps					
- Moeda estrangeira	-	(13.281)	(809)	(14.090)	(550)
- Taxa de juros	(354)	-	-	(354)	448
Mercado a termo					
- Moeda estrangeira	(71.481)	(105.524)	(5.235)	(182.240)	(162.308)
Outros	(1.180)	-	-	(1.180)	1.180
Totais por faixa de vencimento em 2017	(73.015)	(118.805)	(6.044)	(197.864)	(161.230)
Totais por faixa de vencimento em 2016	(181.664)	(417.835)	(38.191)	(637.690)	(713.336)

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registradas na B3 Brasil Bolsa Balcão cujos valores referenciais são contabilizados em contas de compensação, como segue:

	2017				
	Futuros	Termo	Swap	Hedge	Total
Negociação					
- Moeda estrangeira	735.716	5.842.855	980.199	-	7.558.770
- Taxa de juros	7.469.955	-	594.497	-	8.064.452
Hedge - risco de mercado					
- Taxa de juros	-	-	-	91.547	91.547
Total 2017	8.205.671	5.842.855	1.574.696	91.547	15.714.769
Total 2016	11.582.148	8.156.773	1.839.622	-	21.578.543

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à B3 Brasil Bolsa Balcão, foram requeridas margens no valor de R\$ 532.994 (R\$ 222.985 em 2016), garantidas mediante a vinculação de títulos públicos.

Hedge risco de mercado

Para proteção do risco de mercado de eventuais variações das taxas praticadas pelo mercado, a Filial negociou futuros com vencimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

até julho 2018. O item objeto de hedge representado por operações de crédito (cédula de crédito bancário) e possuem vencimento em até agosto de 2018, proporcionando a efetividade desejada da cobertura do risco e minimizando assim os riscos oriundos da operação-objeto.

	Valor referencial	Valor de mercado	Ajuste Mtm
Instrumento de hedge			
Futuros - DI	(72.516)	(91.547)	(19.031)
Objeto de hedge			
Operações de crédito	72.000	90.147	18.147

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado no semestre estão demonstrados a seguir:

Contratos	2017	2016
Futuros	(37.788)	(466.254)
Swaps	(8.667)	201.413
Termo	(108.390)	(215.120)
Outros	(112)	(15)
Total	(154.957)	(479.976)

8 Operações de crédito

Em 30 de junho de 2017 e 2016, a carteira de operações de crédito, passíveis de classificação por nível de risco de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), tem a seguinte composição:

a) Setor de atividade

Operações de crédito	2017	2016
Setor privado		
Indústria	587.248	417.111
Outros serviços	130.827	281.714
Pessoas físicas	28	-
Total (*)	718.103	698.825

(*) Inclui ajuste de valor de mercado de operações classificadas como hedge accounting no valor de R\$ 1.847 (R\$ 924 em 2016).

Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 9)

Setor privado	2017	2016
Indústria	985.338	2.293.529
Comércio	936.850	907.048
Outros serviços	204.187	145.515
Total	2.126.375	3.346.092

b) Nível de risco

Nível de risco	Valor da provisão		Valor da carteira		
	%	2017	2016	2017	2016
AA	0%	-	-	1.536.930	3.704.997
A	0,5%	3.697	192	741.211	38.407
B	1%	2.370	-	236.983	-
C	3%	-	2.141	-	71.384
D	10%	-	23.013	-	230.129
E	30%	98.806	-	329.354	-
Total		104.873	25.346	2.844.478	4.044.917

c) Vencimento

Vencimento	2017	2016
A vencer até 90 dias	1.273.004	1.442.630
A vencer de 91 a 360	1.256.477	2.424.323
A vencer acima de 360	314.997	177.964
Total	2.844.478	4.044.917

d) Movimentação da provisão

Provisão	2017	2016
Saldo inicial	101.406	273
Constituição	3.467	26.670
Reversão	-	(1.597)
Saldo final	104.873	25.346

Em 30 de junho de 2017 há operações renegociadas no montante de R\$ 254.118 (R\$ 230.129).

9 Carteira de câmbio

Carteira de câmbio	2017		2016	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
Ativo				
Câmbio comprado a liquidar	5.538.385	116.831	3.984.792	-
Adiantamentos em moeda estrangeira	(10.590)	-	-	-
Direitos sobre venda de câmbio	3.201.985	108.796	1.345.992	-
Rendas a receber de adiantamento concedido (Nota 8)	34.350	-	29.440	-
Total	8.764.130	225.627	5.360.224	-
Passivo				
Câmbio vendido a liquidar	3.290.141	119.165	1.080.308	-
Obrigações por compra de câmbio	5.376.526	108.797	4.662.644	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 8)	(2.092.025)	-	(3.316.652)	-
Total	6.574.642	227.962	2.426.300	-

10 Outros créditos - diversos

Créditos diversos	2017		2016	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Créditos tributários - impostos e contribuições (Nota 18)	34.426	34.681	9.892	12.428
Impostos a compensar	10.886	7.296	6.894	7.139
Depósitos judiciais (Nota 15.d)	-	135.788	-	108.133
Adiantamentos a funcionários e terceiros	1.004	87	357	156
Títulos e créditos a receber	-	-	-	11.627
Devedores diversos país	4.761	797	6.493	4.264
Total	51.077	178.649	23.636	143.747

11 Depósitos e captações no mercado aberto

As captações em depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo e no mercado aberto são efetuadas a taxas de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

Depósitos e captações	2017				Total
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	
Depósito à vista	1.376	-	-	-	1.376
Depósito interfinanceiros	-	32.869	262.608	-	295.477
Depósito a prazo	-	170.919	992.846	44.045	1.207.810
Captações no mercado aberto	-	8.905	-	-	8.905
Total por faixas de vencimento em 2017	1.376	212.693	1.255.454	44.045	1.513.568
Total por faixas de vencimento em 2016	491	129.782	461.652	192.812	784.737

12 Obrigações por empréstimos e repasses do exterior

Empréstimos no exterior correspondem basicamente a recursos captados através de linha de crédito exportação, no montante de US\$ 734.152 (US\$ 966.121 em 2016) que representa R\$ 2.428.281 (R\$ 3.100.477 em 2016), a taxa de juros de até 7% ao ano e vencimentos até janeiro de 2019, e linha de crédito tomada com a matriz no montante de US\$ 20.136 (US\$ 520.147 em 2016) que representa R\$ 66.601 (R\$ 1.669.255 em 2016) com vencimentos até julho de 2017.

13 Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

Obrigações fiscais e previdenciárias	2017		2016	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Impostos e contribuições a recolher	5.068	-	4.188	-
Imposto de renda e contribuição social	14.588	-	3.713	-
Provisão para riscos fiscais (*)	-	-	-	65.714
Impostos e contribuições diferidos	772	-	10.579	1.936
Total	20.428	-	18.480	67.650

14 Outras obrigações - diversas

Obrigações diversas	2017		2016	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Provisão para despesas de pessoal	6.623	1.083	3.294	1.936
Provisão para contingências (Nota 15b e c) (*)	-	83.388	-	4.245
Provisão para perdas com avais e fianças	22.281	-	6.371	-
Diversos	8.247	2.278	1.445	4.808
Total	37.151	86.749	11.110	10.989

(*) Os valores de provisões fiscais foram reclassificados por orientação do Banco Central, da linha de provisões para riscos fiscais para Outras obrigações diversas - Provisão para contingências.

15 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

a) **Ativos contingentes:** em 30 de junho de 2017 e 2016, não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.

b) **Passivos contingentes:** a Filial possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, movidos por ex-funcionários e órgãos reguladores e a provisão para contingência é constituída com base na avaliação de assessores legais externos, que levam em consideração a probabilidade de desembolso de recursos financeiros para a liquidação dessas obrigações. Em 30 de junho de 2017 e 2016, as provisões constituídas são consideradas suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ao final desses processos.

	Baixas/Reversões			30/06/2017
	31/12/2016	Adições	Reversões	
Trabalhistas	10.964	768	(36)	11.696
Total	10.964	768	(36)	11.696

	Baixas/Reversões			30/06/2016
	31/12/2015	Adições	Reversões	
Trabalhistas	3.616	629	-	4.245

b.1) **Passivos contingentes classificados como perda possível e sem provisão:** a Filial possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela administração e assessores legais externos e para os quais não foram constituídas provisões. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:

- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de COFINS, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de hedge, no valor atualizado de R\$ 20.462 (R\$ 19.657 em 2016). Foi julgado improcedente no CARF. A Filial aguarda a citação para recorrer à esfera judicial.
- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A que substituíram os títulos patrimoniais, quando do processo de desmutualização (R\$ 19.622 em 2016). A Filial obteve decisão favorável no CARF e não houve recurso da PGFN na esfera administrativa. Caso encerrado na esfera administrativa com vitória do ING Bank.
- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de imposto de renda e contribuição social, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de gratificações e participações nos lucros e resultados, no valor atualizado de R\$ 10.434 (R\$ 9.756 em 2016). O processo encontra-se na esfera judicial, e aguarda julgamento.
- Auto de Infração sobre dedução de depósito judicial da estimativa de IRPJ e CSLL no ajuste anual, no valor de R\$ 5.928 (R\$ 5.554 em 2016). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de Infração cobrando as contribuições previdenciárias incidentes sobre PLR (ano-calendário 2005 e 2006), no valor de R\$ 5.754 (R\$ 5.464 em 2016). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de infração de PIS pela impossibilidade de dedução das despesas advindas dos contratos de swap (fins de hedge), no valor de R\$ 2.542 (R\$ 2.412 em 2016). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.

Adicionalmente aos processos acima relacionados, a Filial possui outros processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 7.922 (R\$ 9.072 em 2016).

c) **Obrigações legais:** representadas, basicamente, por exigíveis relativos às obrigações de natureza tributária relacionados à contribuição social, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão e classificadas na rubrica "Provisão para Contingências" (Nota 14). As principais obrigações referem-se à dedução da despesa de contribuição social da base de cálculo do imposto de renda no montante R\$ 25.097 (R\$ 23.848 em 2016), processos vinculados à Anistia no montante de R\$ 16.419 (R\$ 15.339 em 2016) e PIS

e COFINS contingencial no montante de R\$ 22.018 (R\$ 20.217 em 2016). Todos os processos citados possuem depósitos judiciais.

d) **Depósitos judiciais:** correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária descritas no item anterior. Os principais valores depositados estão relacionados à dedução da despesa de contribuição social da base de cálculo do imposto de renda no montante de R\$ 32.908 (R\$ 31.115 em 2016), diferença de alíquotas de CSLL no montante de R\$ 23.660 (R\$ 21.728 em 2016), depósitos vinculados a Anistia R\$ 20.640 (R\$ 19.560 em 2016), depósito referente discussão sobre ampliação da base do PIS e COFINS R\$ 22.723 (R\$ 20.757 em 2016), depósito judicial referente compensação dos prejuízos apurados nos exercícios de 1989 até 1991, no montante de R\$ 5.434 (R\$ 5.013 em 2016), depósito sobre omissão de receitas de IRPJ e CSLL 2003 e 2004, no montante de R\$ 5.073 (não havia em 2016), e dedutibilidade da despesa de PLR de estatutários para IRPJ e CSLL 2006 e 2007 no montante de R\$ 10.698 (não havia em 2016). O saldo remanescente de R\$ 14.652 (R\$ 14.973 em 2016) é composto, basicamente, por depósitos administrativos para interposição de recursos fiscais e depósitos trabalhistas.

16 Operações vinculadas

As operações ativas amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

Descrição	2017		2016	
	Ativo	Passivo (despesa)	Ativo	Passivo (despesa)
Operações de crédito	2.431.524	-	2.900.052	-
Empréstimos do exterior	-	2.428.281	-	2.897.912
O Resultado líquido das operações vinculadas é de R\$ 3.243 (R\$ 2.111 em 2016).				

Não existem operações ativas vinculadas em situação de inadimplência e nem questionamento judicial sobre operações ativas vinculadas ou sobre os recursos captados para aplicação nessas operações.

17 Patrimônio líquido

O capital social da Filial corresponde a R\$ 350.492, referente a investimentos da Matriz, acrescido de lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos acionistas em atos societários pertinentes.

18 Imposto de renda e contribuição social

Nos termos da Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN, a Filial mantém créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL cujo montante corresponde a R\$ 69.107 (R\$ 22.320 em 2016).

As movimentações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no semestre findo em 30 de junho de 2017 estão demonstradas a seguir:

Créditos tributários diferidos	31/12/2016	Adições	Baixas	30/06/2017
Outras provisões temporárias	67.044	18.462	(16.399)	69.107
Total	67.044	18.462	(16.399)	69.107

Créditos tributários diferidos	31/12/2015	Adições	Baixas	30/06/2016
Outras provisões temporárias	23.828	78.512	(81.424)	20.916
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	1.998	6.036	(6.630)	1.404
Total	25.826	84.548	(88.054)	22.320

O saldo de provisões temporárias passivas é de R\$ 772 (R\$ 12.515 em 2016).

O estudo da realização do crédito tributário diferido em 30 de junho de 2017, está demonstrado a seguir:

Realização do crédito tributário	2017
Ano-calendário 2017	34.426
Ano-calendário 2018	32.501
Ano-calendário 2019	864
Ano-calendário 2020	-
Ano-calendário 2021	1.316
Imposto de renda e contribuição social diferido	69.107

Em 30 de junho de 2017, o valor presente dos créditos tributários é de R\$ 62.720 (R\$ 18.897 em 2016), calculado com base na taxa média do CDI previsto para os respectivos períodos.

Apuração de imposto de renda e contribuição social			
	2017	2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda

Imposto de renda e contribuição social corrente				
Resultado antes dos impostos e participações	26.430	26.430	(4.844)	(4.844)
(-) JCP	-	-	-	-
(-) Participações nos resultados	(1.035)	(1.035)	(850)	(850)
Resultado antes dos impostos ajustado	25.395	25.395	(5.694)	(5.694)
Adições ou exclusões temporárias	7.172	7.172	15.476	15.476
Ajuste contábil referente futuros	(1.325)	(1.325)	46.038	46.038
Ajuste MTM Swap e títulos públicos	11.277	11.277	(56.466)	(56.466)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.120	4.120	30.622	30.622
Provisão para contingências e variação monetária dos depósitos judiciais	(1.677)	(1.677)	(1.173)	(1.173)
Provisão para gratificações	(5.884)	(5.884)	-	-
Outras adições e exclusões diversas	661	661	(3.545)	(3.545)
Adições ou exclusões permanentes	114	114	121	121
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	-	-	-	(2.971)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	2017		2016	
	Imposto	Con-tribuição	Imposto	Con-tribuição
Apuração de imposto de renda e contribuição social				
Base tributável	32.681	32.681	9.903	6.932
IR (alíquota 15%) e CS (Alíquota 20%)	(4.902)	(6.536)	(1.486)	(1.386)
Adicional de IR (alíquota 10%)	(3.256)	-	(978)	-
Redução de imposto por incentivos	106	-	137	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(8.052)	(6.536)	(2.327)	(1.386)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(8.052)	(6.536)	(2.327)	(1.386)
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Resultado da marcação a mercado	11.277	11.277	(56.466)	(56.466)
Provisões não dedutíveis temporariamente	(2.988)	(1.353)	24.304	24.304
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	-	-	-	(2.971)
Provisões não dedutíveis CSLL a 15%	-	(1.635)	-	-
Outras diferenças temporárias	(1.290)	(1.290)	48.257	48.257
Base tributável diferida	6.998	6.998	16.095	13.124
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.750	1.481	3.494	2.201

19 Operações com partes relacionadas

As operações efetuadas com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos estão demonstrados como segue:

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas do

 ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
 São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

	Grau de relação	2017	2016
Ativo/passivo			
Depósitos à vista	Outras partes relacionadas	(1.376)	(491)
Depósitos interfinanceiros	Outras partes relacionadas	(262.608)	(259.575)
Obrigações por operações compromissadas	Outras partes relacionadas	(8.905)	(735)
Empréstimos no exterior	Controladora	(2.093.905)	(4.091.028)
Outras obrigações - câmbio	Controladora	(6.718.368)	(2.269.333)
Receitas/(despesas)			
Resultado de câmbio	Controladora	55.400	(4.370)
Outras receitas operacionais	Controladora/Outras partes relacionadas	10.462	10.443
Despesas de operações compromissadas	Outras partes relacionadas	(185)	(71)
Despesas com depósitos interfinanceiros	Outras partes relacionadas	(14.406)	(16.634)
Resultado de empréstimos no exterior	Controladora	1.020.159	889.599

As mencionadas operações foram realizadas, basicamente, com ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A., ING Capital Markets LLC e ING Bank N.V. Amsterdã, em conformidade com a Resolução nº 3.750/09 do BACEN.

A remuneração total do pessoal-chave da administração para o semestre findo em 30 de junho de 2017 foi de R\$ 2.238 (R\$ 2.082 em 2016) de remuneração fixa, e de R\$ 2.582 (R\$ 2.118 em 2016) de remuneração variável, consideradas como benefício de curto prazo.

a) Remuneração baseada em ações

O ING Bank N.V. (Filial de São Paulo), participa de um programa global de remuneração de longo prazo "Long-Term Sustainable Performance Plan", patrocinado pelo ING Groep N.V. de Amsterdã. Este Programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (*vesting period*), que ocorrem em tranches de 1/3 pelos próximos três anos da data da outorga, regra estabelecida e terá validade enquanto houver vínculo societário do funcionário com a entidade local.

No *vesting date* os participantes poderão optar por ficar com as ações, vender a totalidade ou ficar com parte das ações. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

A Filial registrou despesas no valor de R\$ 53 (R\$ 184 em 2016), tendo como contrapartida a conta de "Reserva de capital".

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

20 Informações adicionais

a) As garantias prestadas no País somam o montante de R\$ 963.396 (R\$ 647.245 em 2016). A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do Banco Central do Brasil. As provisões são efetuadas aplicando o mesmo critério de provisionamento utilizado para as operações de crédito, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 (CMN). As provisões para garantias prestadas estão classificadas no grupo de outras despesas operacionais, vide Nota 20f. Em 2016 estão classificadas como provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 5.548.

b) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 30 de junho de 2017, o valor do índice de Basileia era de 28% (21,9 % em 2016).

c) A Filial patrocina a complementação de aposentadoria de seus empregados através de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida. As despesas com contribuições efetuadas pela Filial durante o semestre findo em 30 de junho de 2017 totalizaram R\$ 408 (R\$ 372 em 2016).

d) Outras despesas administrativas correspondem substancialmente a despesas de processamento de dados R\$ 3.321 (R\$ 3.380 em 2016), serviços do sistema financeiro nacional R\$ 1.055 (R\$ 1.476 em 2016), alugueis R\$ 1.227 (R\$ 1.959 em 2016), serviços técnicos especializados R\$ 1.939 (R\$ 2.265 em 2016), serviços de terceiros R\$ 445 (R\$ 897 em 2016), despesas com comunicação R\$ 505 (R\$ 491 em 2016) e despesa com manutenção e conservação R\$ 943 (R\$ 699 em 2016).

e) Outras receitas operacionais correspondem substancialmente à recuperação de encargos e despesas administrativas R\$ 10.462 (R\$ 10.443 em 2016), e atualização de depósitos judiciais R\$ 4.646 (R\$ 4.135 em 2016).

f) Outras despesas operacionais correspondem basicamente a atualizações de riscos fiscais no montante de R\$ 2.238 (R\$ 2.381 em 2016), provisão para garantias prestadas R\$ 22.280 (não havia em 2016, vide Nota 20a.) e provisão para despesas com risco de crédito sobre os derivativos no montante R\$ 1.343 (R\$ 246 em 2016).

g) Resultado não operacional no montante de R\$ 7.126, refere-se ao resgate das ações da CETIP em virtude da unificação da BM&F Bovespa e Cetip (B3 Brasil Bolsa Balcão).

A Diretoria

RICARDO E. OTANI - CONTADOR - CRC 1SP221880/O-6

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.


 KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 28 de agosto de 2017

 Luciana Liberal Sâmia
 Contadora CRC 1SP198502/O-8